

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.304, DE 2021

Dispõe sobre a competência para processar e julgar o crime de estupro de vulnerável, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO

Relatora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

I - RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão, em regime ordinário de tramitação e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, o Projeto de Lei nº 2.304, de 2021, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que dispõe sobre a competência para processar e julgar o crime de estupro de vulnerável, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Por despacho da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a proposição legislativa foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para apreciação e emissão do respectivo parecer.

Esgotado o prazo neste colegiado, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposição acima mencionada, conforme os arts. 24, inciso II, e 54 do Regimento Interno da Câmara



dos Deputados. Nesse sentido, vale registrar que também é competência desta Comissão pronunciar-se sobre o mérito e o interesse público de matéria penal ou processual penal, como é o caso do projeto proposto pela Deputada Laura Carneiro.

De início, observa-se que a proposição legislativa em análise atende às premissas constitucionais formais, bem como aos preceitos constitucionais materiais, tratando-se de matéria de competência legislativa da União, proposta por autoridade legitimada quanto à iniciativa, além de não violar princípios constitucionais ou direitos fundamentais.

De igual modo, as disposições processuais penais constantes da proposta são jurídicas, dotadas de generalidade, abstração, imperatividade e coercibilidade, inovando no ordenamento jurídico pátrio. A proposição também apresenta boa técnica legislativa, conforme os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, a proposição busca alterar o Código de Processo Penal para determinar que a competência para processar e julgar o crime de estupro de vulnerável seja fixada com base no domicílio da vítima. Tal proposta visa, em primeiro lugar, facilitar o acesso à justiça e reduzir os transtornos enfrentados pela vítima.

Destaca-se que a definição de "estupro de vulnerável" foi estabelecida no contexto da aprovação da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, que atualizou o Código Penal com o objetivo de assegurar a proteção integral das crianças, adolescentes e pessoas com deficiência vítimas de abuso, exploração e violência sexual. Assim, a proposta ora examinada aperfeiçoa a legislação com o intuito de garantir a proteção plena dos vulneráveis.

Com efeito, observa-se que o crime de estupro de vulnerável frequentemente ocorre em diferentes locais, sendo



comumente praticado em ambientes privados, sem a presença de testemunhas ou sistemas de vigilância. Não raramente, o próprio lar da vítima é o cenário das abomináveis violências.

Nessas circunstâncias, o depoimento da vítima assume papel fundamental na elucidação dos fatos. Nesse sentido, cumpre registrar que foi aprovada e se encontra em vigor a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que institui o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. A Deputada Laura Carneiro propõe o aperfeiçoamento do Código de Processo Penal com vistas a assegurar a proteção integral, facilitando o acesso à justiça e, assim, reduzindo os transtornos enfrentados pela vítima e por sua família.

Dessa forma, ao estabelecer a competência com base no domicílio da vítima, o Projeto permite que a apuração dos fatos ocorra em ambiente mais familiar e acolhedor, o que pode contribuir para que a vítima se sinta mais confortável para relatar os acontecimentos e colaborar com a Justiça.

Ademais, a proposta tem como efeito prático acelerar a colheita do depoimento da vítima. A demora excessiva nesse procedimento pode acarretar o agravamento dos efeitos traumáticos da violência sofrida, o que, com o passar do tempo, pode resultar no fenômeno das “falsas memórias”, comprometendo a credibilidade do depoimento e favorecendo a impunidade do agressor.

Por conseguinte, após detida análise e consideração das circunstâncias sociais em confronto com a legislação atual, entendemos convenientes e oportunas as alterações propostas, por representarem um importante avanço na proteção dos direitos das vítimas de estupro de vulnerável e contribuírem para a construção de um sistema de justiça mais justo e eficiente.



Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.304, de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
Relatora

